

MARIA NILZA DE C. P. AMÉRICO & RICARDO LUÍS M. C. S. BASTOS

mariaactrice@hotmail.com; ricardolmcsbastos@gmail.com

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

GRIPE: UMA DOENÇA QUE SE MEDIATIZA SOB O REGISTO DO ALARME

RESUMO

Neste trabalho foi analisada a forma como os quatro principais jornais diários nacionais retratam a gripe e como é a relação dos jornalistas com as fontes na construção de notícias sobre a doença. Foi feito um recorte da gripe na última década, que é aqui ancorado num enquadramento teórico que problematiza o tratamento mediático dado à gripe e que se detém particularmente sobre a importância das fontes de informação.

PALAVRAS-CHAVE

gripe; jornalismo de saúde; fontes de informação

INTRODUÇÃO: UMA DOENÇA DE SURTOS E EPIDEMIAS

Ao pensar-se em gripe, o que vem à mente, de imediato, é aquele incómodo sazonal, geralmente na época de inverno, que apresenta sintomas de fácil perceção, como tosse e, em alguns casos, febre e complicações respiratórias. Entretanto, para além dessas situações recorrentes e de baixa gravidade, existem situações mais raras, como os surtos e, dependendo da intensidade, até mesmo pandemias. E é nesses momentos que a sociedade fica em alerta e passa a preocupar-se com a gripe, sobretudo pelo potencial da virulência.

Este padrão da doença que suscita motivo real de preocupação não é recente, facto que pode ser evidenciado ao percorrer o histórico da gripe. Em 1918-1919 ocorreu a gripe espanhola causada pelo subtipo A (H1N1); em 1957 o vírus influenza atingiu a China pelo subtipo A (H2N2); em 1968 salientou-se o subtipo A (H3N2); e em 1977 uma outra pandemia em menor proporção atingiu a Rússia. Também é interessante citar a gripe aviária que surgiu em Hong Kong em 1997 – apesar da contenção do surto, ainda foram diagnosticados casos até ao ano de 2003.

O surto mais relevante nas duas primeiras décadas do século XXI foi o de 2009, da gripe inicialmente conhecida como “mexicana”, nome dado por terem sido diagnosticados nesse país os primeiros focos. A 17 de abril de 2009, o México deu o alerta epidemiológico, com informações sobre a gravidade do vírus e, cinco dias depois, os Estados Unidos e Canadá identificaram nos seus laboratórios o vírus de influenza humana A (González, Hoyos & Méndez, 2015). A gripe “mexicana”, também conhecida como gripe suína – por ter sido transmitida pelos porcos ao seus cuidadores – era do subtipo A (H1N1) e foi identificada por H1N1 (epidemia de 2009). Esse vírus, que apresentava características da gripe A e da gripe aviária, também deixou forte rasto em Portugal, onde, de acordo com dados da Direção-Geral da Saúde (DGS), foram notificados 1.436 internamentos e 124 óbitos em território nacional¹.

No portal da DGS² é possível encontrar também dados relativos aos casos de gripe sazonal nos períodos de 2012-2013, 2013-2014 e 2014-2015, englobando os últimos e primeiros meses dos respetivos anos. Durante as épocas de vigilância, foram registados os seguintes números de episódios de síndrome gripal: 31.321, 38.217 e 57.350. Segundo os dados do *Relatório do Programa Nacional de Vigilância da Gripe*, de Pechirra et al. (2019), que apresenta anualmente dados nacionais, o número de óbitos nos períodos de 2017-2018 e 2018-2019 foi, respetivamente, 3.700 e 3.331.

Apesar de termos aqui apresentado uma linha diacrónica de pandemias, neste capítulo será traçado um retrato de casos sazonais, durante um período de baixas temperaturas em Portugal, que não constituem um fator alarmante, tão pouco chegaram a ser uma pandemia. Todavia, são graves, pois foram causando mortes. Em princípio, não foram encontrados dados relativos à doença em outras épocas do ano que não o inverno, o

¹ Ver <https://www.dgs.pt/ficheiros-de-upload-2013/publicacoes-de-francisco-george-historia-da-gripe-pdf.aspx>

² Ver <https://www.dgs.pt/>

que reforça a indagação que motivou a produção deste capítulo: a preocupação mediática com a gripe existe apenas nos períodos de maior alarme, mais especificamente de outubro a maio, sendo deixada de lado durante os demais meses. É importante observar de que maneira a mediatização da doença feita pela imprensa portuguesa pode contribuir para esse padrão.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A MEDIATIZAÇÃO DE UMA DOENÇA SAZONAL

Através do jornalismo, o público obtém informações diárias de acontecimentos, entre estes os alarmes sobre possíveis situações de risco de uma pandemia. Dessa forma, quando surge um vírus que se alastra com muita rapidez e contamina um grande número de pessoas, como os casos de surtos de gripe, a imprensa tem a função de disseminar informações importantes para a sociedade (Neveu, 2014).

O jornalismo tem ainda o poder de provocar discussões. Segundo a teoria do agendamento, os meios de comunicação direcionam o público para o que pensar e até podem condicionar conversas. Traquina, Silva e Calado (2007) dizem que o agendamento vai além de induzir o tema que o público vai pensar, influenciando também a forma de pensar. Percebe-se, portanto, que a comunicação tem o poder de direcionar o olhar dos cidadãos para determinados assuntos e, assim, constitui-se como uma ferramenta fundamental na promoção de saúde, na mudança de comportamento e nas atitudes.

Através dos *media*, pode-se ter acesso a informações sobre novas doenças, medidas governamentais de controle e prevenção, descobertas de novas investigações e como e onde encontrar determinados tratamentos. Neste sentido, Silva (2005) diz que “o jornalismo não apenas reproduziria o conhecimento que ele próprio produz, como reproduziria também o conhecimento elaborado por outras instituições sociais, servindo, então, para conhecer e reconhecer” (p. 102).

A gripe constitui-se como uma doença mediatizada sazonalmente, mas com grandes picos de mediatização em situações de grande alarme. Exemplo disso foi o modo como a gripe A foi retratada pelos jornais. Henriques (2011) afirma que a maneira excessiva com que a imprensa falou sobre a doença não serviu para esclarecer dúvidas e, assim, diminuir as preocupações, mas acabou por aumentar mais o temor, suscitando mais tensões:

o jornalismo apresenta-se, muitas vezes, como uma forma privilegiada de dominação deste desconhecimento, constituindo-se como uma fonte de segurança para o homem. Logo, a gestão que cada jornalista faz dos temas é crucial, pois nas suas mãos está o poder de acalmar os espíritos dos públicos, ou de intensificar sentimentos de catastrofismo. (Henriques, 2011, p. 53)

Outra questão observada na época foi a construção de uma narrativa em que a gripe A era caracterizada não como uma doença, mas quase como uma espécie de “monstro”. Este foi outro fator que contribuiu para um amedrontamento generalizado da sociedade, que se sentia impotente:

dir-se-ia que foi criada, em termos metafóricos, uma sensação de luta algo titânica entre dois seres: o vírus H1N1, dotado de um conjunto de características e capacidades que faziam dele uma criatura temível e altamente ameaçadora e o comum humano, ser frágil e mortal que não conhecia sequer qual a “arma” mais adequada a usar para vencer este gigante. A humanidade parecia, portanto, condenada a uma luta inglória em que a derrota parecia mais do que certa. (Henriques, 2011, p. 55)

Sobre isso, Lopes, Ruão e Marinho (2010) arriscam a hipótese de o caso da gripe A ter sido uma “pandemia mediática”. A Organização Mundial da Saúde tem reiterado sublinhado a importância da comunicação no empoderamento dos indivíduos. A maneira como casos de alarme são retratados serve apenas para alarmar a população. Assim, a sensação de empoderamento destacada pela OMS reduz-se.

O jornalismo, segundo Genro Filho (1987), permite que a sociedade conheça o que acontece de mais relevante. Entretanto, Henriques (2011) aponta que, no caso da gripe A, os dados nem sempre forneceram informação sobre o que estava a acontecer. Havia uma imensa disponibilidade de números e estatísticas, mas esses dados eram, quase sempre, relativos ao aumento de casos de infeção e de mortes. Informação relativa a curas e melhorias era menos frequente, acentuando a sensação de medo e impotência.

Apesar das críticas à cobertura mediática da gripe A em 2009, é importante ressaltar que a culpa não deve ser apontada apenas aos jornalistas, pois as fontes consultadas tiveram igualmente alguma responsabilidade, como aponta Henriques (2011). Além disso, Lopes et al. (2010) afirmam que:

estando em jogo a vida dos cidadãos, é preferível pecar por excesso: excesso de fontes oficiais; excesso de notícias; excesso de vozes que dizem o mesmo. Em última análise, se o cenário tivesse sido outro, poderíamos estar neste momento a verificar que houve pouca cobertura mediática, face às consequências. E a verdade é que o jornalismo é do momento. A investigação e a história têm já um olhar retrospectivo. (Lopes et al., 2010, p. 153)

IMPORTÂNCIA DAS FONTES DOCUMENTAIS NO JORNALISMO

No jornalismo, as fontes possuem grande relevância pelo seu papel na construção de notícias. Wolf (1999) classifica-as como fator determinante para que as informações produzidas pelos *media* noticiosos tenham qualidade. Há uma relação entre fonte e jornalista que deve ser de confiança, ou, como diz Santos (1997), uma relação de cooperação e entendimento. Rosart (1992) diz que esse equilíbrio de poder e de dependência entre ambos deve ser gerido com cautela e maestria por ambos os lados.

Gans (1979) define esse sentido de cooperação ou interdependência como uma espécie de “dança”, através da qual fonte e jornalista se aproximam com os seus interesses individuais e ambos se movimentam, ou se atraem, gerando uma coreografia que pode ser conduzida tanto pela fonte como pelo jornalista. Além disso, o autor elenca quatro pontos que dão relevância às fontes, vistos a partir da ótica de interesse da fonte em ter acesso aos jornalistas: os incentivos; o poder da fonte; a sua capacidade para fornecer informações credíveis; e a proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas (Gans, 1979).

Os documentos enquanto fontes são uma presença constante nos textos jornalísticos. Normalmente, as fontes documentais não suscitam muitos estudos académicos, mas são de uso corrente em certos campos. Como o da saúde.

Ainda que o volume de materiais e a facilidade de acesso a documentos via internet possam ter levado os teóricos a refletir com mais intensidade sobre o uso de fontes documentais no jornalismo, são raros os estudos aprofundados, que envolvem observação participante em redações ou mesmo uma análise densa de produto das quais emergem categorias e tipologias de fontes. Entre as bibliografias consultadas, a classificação de fontes costuma ocorrer de forma breve, com uma rápida apresentação e exemplificação. O contato humano entre jornalistas e

fontes em geral é priorizado nessas abordagens e os documentos não protagonizam análises, mas surgem nas classificações como algo complementar às fontes pessoais. (Gerkhe, 2018, p. 112)

Gerkhe (2018) afirma que há uma transformação na maneira como as fontes documentais são utilizadas na produção jornalística. As novas tecnologias, em constante evolução, afetam diretamente a relação dos jornalistas com as fontes. Por um lado, fontes pessoais tornam-se mais acessíveis através das diversas ferramentas de comunicação disponíveis. Por outro, com um alcance mais fácil e generalizado a arquivos antes confidenciais e de difícil acesso, especialmente pelo aumento da disponibilidade de bases de dados na internet, os documentos ganham cada vez mais espaço como fontes.

ESTUDO EMPÍRICO: CAMINHOS METODOLÓGICOS

RESULTADOS

A nossa amostra é composta por 14.244 artigos jornalísticos. Destes, 4.651 falam de doenças e, dentro deste *corpus*, 311 tratam da gripe sendo aí citadas com o número de 678 fontes. É da análise deste último grupo que nos ocuparemos aqui.

Durante o período analisado, os quatro jornais diários de maior relevância no país publicaram 311 notícias relacionadas com a gripe, sendo que o *Correio da Manhã* e o *Jornal de Notícias* apresentam o maior número de textos, abordando o tema em 89 (28,6%) e 86 (27,6%) artigos, respetivamente. O número referente ao *Diário de Notícias* é também expressivo, com 77 (24,7%) artigos, enquanto o *Público* possui o menor número de publicações, com apenas 59 (18,9%). De entre as matérias veiculadas, observa-se que o total de títulos de teor negativo representa mais que a soma de títulos positivos e neutros.

Os dados observados têm o recorte do período entre 2013 e 2017 e, neste tempo, o ano de 2013 apresenta mais que o dobro de publicações de artigos do que o ano de 2017. Nessa linha temporal, a categoria temática mais repetida foi a das situações de alarme e risco que reuniu um total de 167 artigos (53,7%). Ao observar as características das notícias, destacam-se duas modalidades de tempo: dia anterior e ponto de situação. Quanto ao tamanho, os textos não apresentam grandes diferenças, mas há um maior número de textos breves e médios.

O lugar das notícias é predominantemente global nacional, com presença de fontes em quase todas as matérias, mas aí geralmente apenas se cita uma fonte. No que diz respeito ao tipo, as fontes mais frequentes são masculinas e documentais. Quanto ao estatuto, destacam-se as fontes oficiais do campo da saúde e as documentais. As fontes especialistas também têm lugar, principalmente médicos pneumologistas.

SITUAÇÕES DE RISCO COMO MOTIVO DE NOTICIABILIDADE

Para os motivos de noticiabilidade foram criadas 13 categorias. Destas, uma assume claro destaque: situações de alarme/risco (Gráfico 1). De entre as 311 notícias analisadas, 53,7% integram-se aí, representando, assim, mais de metade do total.

Além desse grupo, somente a prevenção reúne uma percentagem significativa de textos (24,8%). As demais categorias não têm presença expressiva, com nove delas aparecendo menos de 10 vezes.

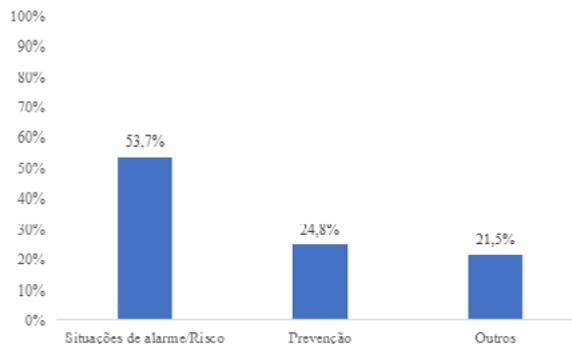


Gráfico 1: Motivos de noticiabilidade mais frequentes (%)

PRIORIDADE DAS FONTES OFICIAIS

Para a avaliação do estatuto das fontes, consideram-se 39 categorias que abrangem 678 fontes. A junção de todas as fontes oficiais representa uma grande parte das citações, totalizando 287 fontes de informação (Gráfico 2).

É fundamental destacar também a importância dos documentos. A esse nível, foram criadas seis subcategorias: oficiais (campo da saúde); especializados (campo da saúde); nota de imprensa/comunicado (campo da saúde); outros (campo da saúde); oficiais (fora do campo da saúde); e nota

de imprensa/comunicado (fora do campo da saúde). Ao somar os grupos dentro do campo, o resultado é 154 (49,5%), sendo, portanto, um número significativo.

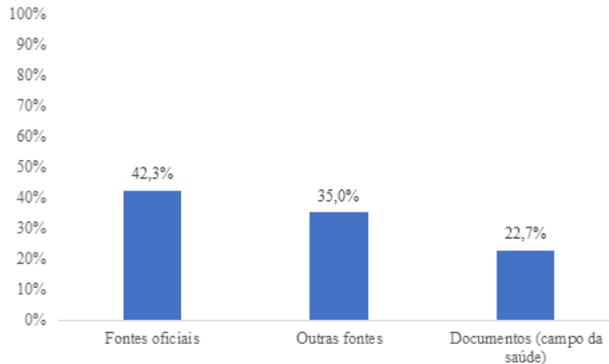


Gráfico 2: Estatuto das fontes de informação mais citadas (%)

NOTAS FINAIS

Há, de facto, uma reduzidíssima tematização para falar da gripe. A categoria temática mais produtiva aqui são as situações de alarme e risco. A segunda categoria é a prevenção, mas esta só reúne 77 textos (24,8%), não chegando nem a metade da primeira. As práticas clínicas, os atos clínicos e políticas públicas de criação de serviços não têm despertado o interesse noticioso. Considerando que o jornalismo de saúde deve não apenas informar sobre doenças mas sim dotar a população com dados suficientes para se poder prevenir, percebe-se, assim, que a maneira como a gripe é retratada nos jornais é insuficiente. Convém também repartir aqui a responsabilidade com os responsáveis institucionais, que nem sempre assumem a comunicação do que fazem como uma prioridade. Todavia, a construção de uma tendência jornalística em que a população é bombardeada com situações de alarme e pouco munida de maneiras de prevenção é uma opção dos *media* noticiosos. Dos dados do nosso estudo, salienta-se também a preferência pelas fontes oficiais que aqui reproduzem o poder dominante. Os documentos do campo da saúde também são valorizados. Em momentos de grande número de casos de gripe, como no inverno, e, consequentemente, de preocupação por parte da população, procura-se não opiniões, mas informação factual.

Ao considerar-se que a gripe tem grande incidência no inverno, é natural que o seu tratamento pelos *media* seja sazonal. Entretanto, a maneira como é mediatizada poderia ser diferente e mais eficaz. Há, por exemplo, uma escassez de conteúdos noticiosos que incida na prevenção e em atos clínicos. Com isso, os *media* deixam de exercer o seu poder de fornecer informação em alturas menos tranquilas. É inegável que o contacto recorrente com os conteúdos mediáticos dota os cidadãos de conhecimentos para mudar de atitudes ou adotar comportamentos que ajudem a cuidar da sua própria saúde e prevenir doenças. Ora, a falta de artigos assim não ajuda a sociedade a lidar da melhor maneira com a doença.

Além disso, a imprensa portuguesa apresenta a gripe sob a ótica das fontes oficiais, prevalecendo a voz de quem está em posição de poder, enquanto “os cidadãos constituem o elo mais frágil, pois ficam à mercê deste jogo de poder entre jornalistas e fontes oficiais” (Lopes et al., 2010). Se conteúdos noticiosos dependem daquilo que as fontes transmitem, quanto mais competentes estas se tornam, mais adquirem força para direcionar as narrativas jornalísticas, determinando o enfoque, a relevância da notícia e até mesmo definindo os títulos (Chaparro, 2001; Sigal, 1973).

Conclui-se, assim, que a maneira como a gripe tem sido retratada nos jornais não é responsabilidade apenas dos *media*, mas também das fontes oficiais. O excesso de dados documentais relativos apenas a situações de alarme e a ausência de medidas de prevenção condicionam a construção dos artigos noticiosos e, conseqüentemente, orientam, a opinião pública para determinada posição, solidificando-se aqui um padrão vicioso que acaba por influenciar o modo como a gripe é percebida.

REFERÊNCIAS

- Chaparro, M. C. (2001). *Linguagem dos conflitos*. Coimbra: Minerva.
- Gans, H. J. (1979). *Deciding what's news: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek and Time*. Evanston: Northwestern University Press.
- Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!
- Gerkhe, M. (2018). *O uso de fontes documentais no jornalismo guiado por dados*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Retirado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172614>

- González, G. del C. G., Hoyos, J. R. C. & Méndez, M. G. C. (2015). Las metáforas de la influenza humana A (H1N1) en México: el escenario nacional al descubierto. Una aproximación a través de la prensa mexicana. *Comunicación y Sociedad*, 16, 105-132.
- Henriques, L. S. (2011). A cobertura jornalística da gripe A: informação e/ou alarmismo? *Comunicação Pública* [Vol. Especial 01E], 45-71. <https://doi.org/10.4000/cp.226>
- Lopes, F., Ruão, T. & Marinho, S. (2010). Gripe A na imprensa portuguesa: uma doença em notícia através de uma organizada estratégia de comunicação. *Observatório Journal*, 4(4), 139-156. <https://doi.org/10.15847/obsOBS442010442>
- Pechirra, P. et al. (2019). *Programa Nacional de Vigilância da Gripe: relatório da época 2018/2019*. Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Retirado de <http://www.insa.min-saude.pt/programa-nacional-de-vigilancia-da-gripe-relatorio-da-epoca-2018-2019/>
- Neveu, E. (2014). Revisiting narrative journalism as one of the futures of journalism. *Journalism Studies*, 15(5), 533-542. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2014.885683>
- Rosart, J. P. (1992). *L'entreprise et les médias*. Paris: Armand Colin Éditeur.
- Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Minerva.
- Sigal, L. V. (1973). *Reporters and officials - the organisation and politics of newsmaking*. Lexington: D.C. Heath and Company.
- Silva, G. (2005). Jornalismo e construção de sentido: pequeno inventário. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 11(2), 95-107.
- Traquina, N., Silva, M. T. & Calado, V. (Eds.) (2007). *A problemática da SIDA como notícia*. Lisboa: Livros Horizonte
- Wolf, M. (1999). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Citação:

Américo, M. N. de C. P. & Bastos, R. L. M. C. S. (2020). Gripe: uma doença que se mediatiza sob o registo do alarme. In F. Lopes & R. Araújo (Eds.), *As doenças na imprensa portuguesa: retrato da década* (pp. 28-37). Braga: CECS.